



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Amanhã, mulheres de todo o mundo vão às ruas para denunciar a violência que têm sido vítimas, independente de sua nacionalidade, cor, etnia, religião, opção sexual ou condição social. A violência de diversas matizes atinge a todas as mulheres, indiscriminadamente, mas numa sociedade de classes, economicamente estratificada, as mulheres das classes populares sofrem duramente essa violência através de exploração doméstica, sexual e da remuneração do trabalho. O efeito é sobretudo social, pois afeta o bem-estar, a segurança, as possibilidades de educação e a auto-estima das mulheres.

Pelo menos 20% das mulheres nos Estados Unidos sofrem um tipo de agressão física do parceiro durante sua vida, segundo relatório da Organização das Nações Unidas de 1998. No mesmo ano, no Canadá, pesquisa sobre a violência de gênero aponta que um quarto da população feminina é atingida por algum tipo de violência e 87% das mulheres entrevistadas disseram já ter sofrido alguma experiência de assédio sexual. Na Comunidade Européia, 74% das mulheres trabalhadoras foram vítimas de violência física no trabalho e 8% sofreram algum tipo de intimidação em 1997. Conforme a Organização Mundial da Saúde, em torno de 115 milhões de meninas e mulheres são submetidas a algum tipo de mutilação genital, com graves consequências para sua saúde.

Entre 25 a 50% das mulheres são vítimas de violência doméstica na América Latina e Caribe, sendo que 33% delas sofrem abuso sexual entre os 16 e 19 anos e pelo menos 45% são objeto de ameaça, insultos e destruição de bens pessoais. Isso significa que em algum momento de suas vidas, metade das mulheres latino-americanas são vítimas de alguma violência. Só no Paraguai, em 1997, 70% das denúncias



recebidas pelo Ministério Público referia-se à violência doméstica contra mulheres. Estudo publicado no México em 1996 revela que 47% das meninas de rua abandonaram suas casas por terem sofrido algum tipo de maus tratos e abuso sexual.

No Brasil, em levantamento realizado no final da década de 80, o IBGE constatou que 63% das vítimas de agressões físicas ocorridas no espaço doméstico eram mulheres. Entre 1985 a 1999, a Delegacia da Mulher de Goiânia registrou 33.829 ocorrências de lesão corporal, sendo a maioria das vítimas entre 18 e 42 anos e os agressores entre 20 e 45 anos. Na região metropolitana do Recife, de janeiro a junho de 1999, em 328 denúncias feitas por violência à mulher, 213 casos (84,9%) foram de agressão física. A Delegacia da Mulher de Londrina registrou 19.788 ocorrências entre agosto de 1986 e julho de 1998, das quais 10% resultou em inquérito judicial. Isto só para citar alguns casos de violência doméstica.

A violência sexual tem sido praticada constantemente contra as mulheres. Conforme a pesquisadora Heleieth Saffiotti, o abuso sexual é uma questão cultural de exploração-dominação, de posse e propriedade. Ela detectou que para cada nove meninas vitimadas sexualmente há um menino nas mesmas condições. Aqui, no Distrito Federal, a Delegacia de Atendimento à Mulher registrou entre 1996 e 1997, 60 casos de violência sexual por mês. Já no Rio de Janeiro, em 1995 a Secretaria de Segurança Pública contabilizou 1,5 estupros de meninas por dia.

Com relação à exploração sexual comercial, o UNICEF, através de pesquisa sobre a infância brasileira na década de 90, mostrou que meninas de 12 a 16 anos são exploradas sexualmente. Esse tipo de exploração sexual gera lucros para uma rede delituosa de motoristas de taxi, donos de bares e boates, policiais, agências de turismo, hotéis, agências de modelo e shopping center's em todo o país. No Nord-



CÂMARA DOS DEPUTADOS

este, prevalece uma rede organizada de turismo sexual. No Sul, predomina a exploração de meninos e meninas de rua. No Sudeste, acentua-se o pornoturismo. No Centro-Oeste, a exploração sexual em prostíbulos e na Região Norte o turismo sexual portuário e de fronteiras.

A violência institucional por assédio sexual são mais comuns no local de trabalho, nos presídios e nos serviços de saúde.

A Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, de cujo dossiê extrai os dados deste pronunciamento, realiza uma campanha pelo exercício dos Direitos Humanos das mulheres. Amanhã, 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, serão realizadas diversas atividades em todo o país. É preciso dar um basta à exploração da mulher. É necessário que homens e mulheres estejam juntos na defesa da liberdade, da democracia e da não-violência.

Muito obrigado.